



MOTORISTAS EM PROTESTO

Turismo do Algarve quer garantia de abastecimento de gás durante a greve

Região de Turismo entregou ao Governo plano para travar efeitos da greve dos sindicatos independentes de motoristas de matérias perigosas e mercadorias a partir de 12 de Agosto. Reunião de ontem falhou marcação dos serviços mínimos

Idálio Revez

A Região do Turismo do Algarve apresentou na terça-feira ao Governo uma proposta para que o abastecimento de gás natural aos hotéis da região seja abrangido pelos serviços mínimos, durante a greve dos motoristas de mercadorias e de matérias perigosas. A proposta foi apresentada um dia antes da reunião entre o Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP), o Sindicato Independente dos Motoristas de Mercadorias (SIMM) e a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (Antram), na Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), para definir os serviços mínimos para a greve de 12 Agosto. O encontro terminou sem que houvesse consenso.

A paralisação, que arranca dentro

de três semanas, é por tempo indeterminado. Não tendo havido acordo entre os sindicatos e os patrões, o Governo tem dez dias para definir o que vão ser esses serviços mínimos, explicou o presidente da Região de Turismo do Algarve (RTA), João Fernandes.

Há depósitos de gás natural em Faro, Olhão e Portimão que através de condutas abastecem os hospitais e algumas unidades hoteleiras, mas outras não têm esse recurso.

João Fernandes desdramatiza, ainda assim. "As condições são diferentes da última greve, na Páscoa." E os agentes do sector turístico, explicou, fizeram o trabalho de casa, entregando ao Governo o que consideram ser os "serviços mínimos" para que não falte comida nos supermercados, os turistas não fiquem apeados quando chegam ao aeroporto e as pessoas possam deslocar-se sem receio de ficar a meio da viagem.

Após ter auscultado todas as asso-

ciações e entidades ligados ao turismo, João Fernandes diz ter entregue à tutela, a Secretaria de Estado do Turismo, "os contributos recolhidos".

Em Abril passado, apenas os motoristas de transporte de matérias perigosas estiveram em greve.

"Dentro de dias", disse ainda, a Entidade Nacional para o Sector Energético (ENSE) apresentará uma proposta para a rede de postos de abastecimentos prioritários que vão ser criados à escala nacional. Depois, caberá ao executivo decretar a que serviços mínimos estão os trabalhadores obrigados.

O presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos (AHETA), Elidérico Viegas, lembrou, por seu lado, que na última greve dos motoristas de matérias perigosas, na Páscoa, os empreendimentos turísticos da zona de Portimão, que são abastecidos por gás, ficaram na iminência de encerrar por falta de ener-



Farmácias reforçam stocks de medicamentos

A expectativa das entidades que prestam socorro à população é que, tal como na paralisação de Abril dos motoristas de matérias perigosas, se volte a criar uma Rede de Emergência de Postos de Abastecimento (REPA) que dê prioridade, por exemplo, a veículos de bombeiros, protecção civil e até de distribuição de medicamentos. "Espero que esteja salvaguardada uma percentagem de combustível nas gasolinhas, que tenham sempre disponibilidade para os carros dos bombeiros", diz ao PÚBLICO o presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, Jaime Marta Soares.

Da parte da Associação de Distribuidores Farmacêuticos (Adifa), a prioridade é a inclusão deste serviço na REPA. A Adifa garante ao PÚBLICO que tem "alertado para a necessidade de se manter o critério prioritário e que sejam definidos os procedimentos para o abastecimento das viaturas especializadas que são responsáveis pelo transporte diário dos medicamentos". Mesmo assim, a Associação Nacional de Farmácias (ANF) está a tomar medidas de precaução: "As farmácias estão a reforçar stocks e serviços de retorno" com o objectivo de evitar grandes filas, diz ao PÚBLICO Nuno Flora, secretário-geral da ANF.



QUEELES DIZEM

“O conflito laboral que uma parte dos sindicatos desse sector decidiu marcar para 12 de Agosto [devido] a divergências salariais para o ano de 2021 e 2022 cria uma situação dificilmente compreensível”

Vieira da Silva
Ministro da Trabalho

“O Governo está a fazer o seu trabalho [para evitar a greve], mas todos podíamos começar a precaver-nos. Era avisado podermos nos abastecer para enfrentar com maior segurança o que vier a acontecer”

Pedro Nuno Santos
Ministro das Infra-estruturas



Distribuição pede fixação urgente de serviços mínimos para travar “alarmismo”

Rosa Soares

A Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição (APED) quer passar “uma mensagem de tranquilidade” face ao anúncio de greve dos motoristas de mercadorias e de matérias perigosas para 12 de Agosto, mas o director-geral da entidade, Gonçalo Lobo Xavier, admite que essa possibilidade “veio provocar algum alarmismo, o que é natural”.

Admitindo que declarações do ministro das Infra-Estruturas, Pedro Nuno Santos – que ontem aconselhou os portugueses a abastecer as suas viaturas de combustível – “vão provocar algumas reacções” junto dos consumidores, o director-geral da APED apela a uma rápida clarificação sobre as negociações em curso, com destaque para a fixação de serviços mínimos.

“A associação está a estudar soluções que permitam minimizar o impacto da greve”, disse Lobo Xavier ao PÚBLICO, sem revelar o que está em cima da mesa. Mas o representante das maiores cadeias de distribuição a operar no país salvaguarda que sem a garantia de serviços mínimos, e se a greve se prolongar por muito tempo (marcada a partir de dia 12 de Agosto, por tempo indeterminado), “é inevitável que haja perturbações”, ou seja, riscos de ruptura nas prateleiras dos supermercados.

Diferente da greve em Abril, que foi somente dos motoristas de matérias perigosas, a paralisação prevista para Agosto é conjunta com os motoristas de transporte de mercadorias, podendo afectar directamente a entrega de bens entre fornecedores, produtores e distribuidores.

O director-geral da APED (organismo que representa cadeias de super e hipermercados, mas também retalhistas não alimentares como a Ikea e a Fnac) lembra que “a logística da distribuição está assente no abastecimento em base quase diária, e a capa-

cidade de fazer stocks é finita”.

No caso do abastecimento de produtos frescos, como frutas e legumes, mas também carne e peixe, entre outros, a importância de abastecimento diário é ainda mais relevante. Por estas razões, defende que “a garantia de serviços mínimos para abastecimento da população tem de incluir as lojas de distribuição alimentar”, uma situação que, até hoje, não houve necessidade de colocar.

O responsável defende que as perturbações no abastecimento serão transversais a todos os grupos a operar em Portugal, independentemente da nacionalidade.

Apelando “ao bom senso entre as partes”, e à rápida divulgação de informação do que está a ser negociado, Gonçalo Lobo Xavier destaca que a greve foi marcada para um período



Empresas de distribuição admitem que podem faltar alimentos nas prateleiras dos supermercados

em que cria graves transtornos ao abastecimento da distribuição, nomeadamente pela chegada ao país de muitos emigrantes e turistas. “Compreendemos que haja aqui algum aproveitamento, até pelo calendário de eleitoral, como os próprios sindicatos já assumiram” diz o responsável, que alerta para os “danos” para a imagem do país decorrentes de eventuais rupturas de abastecimento.

O PÚBLICO questionou o grupo Jerónimo Martins, dono das cadeias Pingo Doce e Recheio, e a Sonae MC, dona da rede Continente, sobre as estratégias que estão a ser equacionadas para responder à eventualidade de greve, mas o primeiro grupo remeteu a posição sobre o assunto para a APED, e o segundo não respondeu em tempo útil.

rosoares@publico.pt

gia. A situação, disse, foi “salva in extremis”, com a alargamento dos serviços mínimos a todo o país. De início, sublinhou, só as grandes cidades estavam abrangidas por essa medida de excepção. Elidérico Viegas calcula que na altura da greve estejam na região “1,3 milhões de pessoas, das quais 900 mil deslocadas do seu local de residência”.

Sem consenso

Na greve iniciada em 15 de Abril, o Governo estipulou a garantia dos serviços mínimos com 40% dos trabalhadores em funções, mas apenas para Lisboa e Porto, tendo, posteriormente, acabado por decretar uma requisição civil.

“Se isto não é caso para uma requisição civil preventiva, então não sei o que é”, defendeu ontem o representante e advogado da Antram, André Matias de Almeida, classificando a postura dos sindicatos de “socialmente irresponsável”. A postura é conse-

quência do fracasso das negociações entre as partes para o estabelecimento de serviços mínimos durante a paralisação prevista para arrancar numa das semanas mais movimentadas nas estradas portuguesas, que termina no feriado de 15 de Agosto.

Desta vez, no pré-aviso de greve entregue pelos sindicatos, eram propostos serviços mínimos de 25% em todo o país. Por sua vez, as empresas propunham 70% de serviços mínimos garantidos. O ministro das Infra-estruturas, Pedro Nuno Santos, assegurou que o Governo está “a trabalhar” na questão e afirmou não ter “a menor dúvida” de que os serviços mínimos “serão numa dimensão muito satisfatória”. Hoje, a Antram reúne-se com a Fectrans – Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações, afecta à CGTP, sobre a negociação de revisão do contrato colecti-

irevez@publico.pt

Já a Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil garante que “à semelhança dos procedimentos implementados anteriormente, está em permanente contacto com os restantes serviços do Estado”, como forma de garantir que “não exista impacto” na prestação dos serviços de emergência.

A Carris, por seu lado, aguarda “informação sobre a inclusão do serviço de transporte colectivo de passageiros nos serviços mínimos que venham a ser fixados”. E, apesar da incerteza, garante que “tomará todas as medidas que estiverem ao seu alcance, de forma a minimizar o impacto” da greve. **R.M.C.**



Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.685 • 1,30€ • Quinta-feira, 24 de Julho de 2019 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Algarve
Ele quer
entregar
a estrela.
Michelin
não deixa

Local, 17



Europeu sub-19
Portugal apura-se pelo
terceiro ano consecutivo
para a final da competição

Desporto, 37

Biodiversidade
Tubarões já não têm onde
se refugiar nos oceanos
e precisam de protecção

Ciência, 31



DANIEL ROCHA

EXPOSIÇÃO DE CARTOONS

António
"Há uma sentença
de morte sobre a
caricatura e isso
não pode ser"

P2 Verão

Estado comparticipa remédio à base de cannabis

Primeiro medicamento à base de *cannabis* custa 475 euros e vai ser participado a 37%. Sativex destina-se a doentes com esclerose múltipla e deve estar no mercado em Setembro **Sociedade, 12**

**Supermercados
querem serviços
mínimos na
greve de Agosto**

Sector da distribuição não exclui risco de ruptura no abastecimento de produtos por causa da greve dos motoristas em Agosto **p2/3**

**Boris Johnson
forma governo
de duros
brexiteers**

Novo primeiro-ministro e "primeiro lorde do Tesouro" promete um 'Brexit' sem "ses" nem "mas". A remodelação foi grande **p24/25**

**Há mais um erro
nos enunciados
dos exames da
2.ª fase**

Nas questões sobre Química desta prova do 11.º ano apresenta-se um resultado de uma experiência que está errado **p15**

HOJE Novela
Gráfica V (Vol. 4)
O Rasto de García
Lorca

Por +
10,90€

